

RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.274 - RS (2019/0040110-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : DANIEL PAIM DOS SANTOS
ADVOGADO : JEAN MARCELO CARVALHO E SILVA - RS087522
RECORRIDO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : SERGIO BERMUDEZ - RJ017587
PHILIP FLETCHER CHAGAS - RJ122020
VERONICA ERCOLAN - RS063116
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DANIEL PAIM DOS SANTOS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"Apelação cível. Seguros. DPVAT. Ação de cobrança. Postulação de pagamento da correção monetária relativa ao valor adimplido pela seguradora na esfera administrativa.

Descabimento. Incabível a correção monetária do valor, diante do caráter taxativo da Lei 11.482/07. REsp 1483620/SC. Art. 543-C do Código de Processo Civil. Apelo não provido" (fl. 168 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustenta, além do dissídio jurisprudencial, violação dos artigos 927 do CPC/2015, 5º, § 1º, e 7º da Lei nº 6.194/74.

Pleiteia a condenação da "seguradora ao pagamento do valor equivalente a atualização monetária existente entre a data do acidente e o efetivo pagamento administrativo da indenização do seguro DPVAT" (fl. 188 e-STJ).

Contrarrazões às fls. 193/200 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

Quanto à correção monetária, a Segunda Seção deste Tribunal Superior, ao julgar o REsp nº 1.483.620/SC, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil), consagrou o entendimento de que a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, **opera-se desde a data do evento danoso até o dia do efetivo pagamento**, incidindo, ao caso, a Súmula nº 43/STJ.

Por pertinente, confira-se a ementa do mencionado aresto:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.

2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.

3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).

4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.

5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.

6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO". (REsp nº 1.483.620/SC, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 2/6/2015 - grifou-se).

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT JULGADA IMPROCEDENTE - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL PARA FIXAR A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO - SÚMULA 43/STJ - INCIDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Na ação de cobrança visando a complementação do seguro DPVAT, o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.

Precedentes do STJ: REsp 1483620/SC, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, dje de 02/06/2015; AgRg no REsp 1469465/SC, Rel.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 18/09/2014; AgRg no AREsp 46.024/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 12/03/2012; EDcl no Ag 1203267/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 19/08/2011.

2. Agravo interno desprovido (AgInt nos EDcl no REsp 1473752/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 14/12/2016 - grifou-se).

No caso dos autos, foi noticiado que o acidente automobilístico ocorreu em 13/9/2016 e o pagamento se deu em 16/12/2016. A indenização paga administrativamente deveria, portanto, ter sido corrigida monetariamente.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar a correção monetária da indenização, tendo como termo inicial a data do evento danoso e final o pagamento administrativo.

Fixo os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação a ser apurado em liquidação de sentença.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

